



DECRETO 9.142/17 E SUA REPERCUSSÃO NA MÍDIA INTERNACIONAL: ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS JORNAIS THE NEW YORK TIMES, THE GUARDIAN E LE MONDE.

Rafaela Abreu Palmieri¹

Resumo

O presente estudo visa analisar como o Decreto nº 9.142/17, referente à extinção da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA), foi noticiado em matérias publicadas nos jornais estrangeiros The New York Times (EUA), The Guardian (Inglaterra) e Le Monde (França), no período de 23 de agosto a 30 de setembro de 2017. Por meio de uma análise de conteúdo, as matérias foram recortadas e traduzidas para, assim, identificar em cada reportagem trechos contendo categorias relacionadas a aspectos temáticos de cada notícia, sendo estes: ambientais, econômico-políticos e sociais. A partir deste processo, objetivou-se perceber de que forma as reportagens foram veiculadas em cada jornal analisado, bem como de que forma tais elementos foram articulados nas matérias.

Palavras-chave: RENCA, Legislação Ambiental, Análise de Conteúdo, Mídia Internacional

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA – XXVIII FIPAM, Licenciado em Comunicação social- Habilitação em Jornalismo (Estácio/PA). E-mail: rafapalmieri43@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Objetiva-se nesse artigo fazer análise de conteúdo sobre reportagens divulgadas nos jornais estrangeiros The New York Times (EUA), The Guardian (Inglaterra) e Le Monde (França) a respeito do Decreto Federal 9.142/17, publicado no dia 22 de agosto de 2017, o qual liberou a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA) para exploração mineral. Especificamente, a ideia é analisar se e como apareceram os aspectos científicos ambientais, sociais e político-econômicos das matérias em questão, destacando tais elementos nos textos, buscando identificar o limite da divulgação de informações científicas e baseadas em estudos ou conhecimento acadêmico acumulado, na imprensa mundial. Além de compreender como a notícia está sendo transmitida ao seu receptor, busca-se entender de que forma as matérias destacadas abordaram o referido decreto a partir da construção de uma visão internacional sobre a Amazônia.

O Decreto 9.142/17, assinado pelo então presidente Michel Temer, extinguiu por completo a RENCA, que fora constituída em 24 de fevereiro de 1984, por meio do Decreto 89.404/84, nos seguintes termos: “Fica extinta a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, constituída pelo Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984 (...).” (BRASIL, Decreto nº 9.142, 2017) Ou seja, uma área de aproximadamente 46.450 km², localizada entre os Estados do Pará e Amapá, iria ser liberada para exploração mineral, abrindo a possibilidade para que empresas nacionais e internacionais fizessem sua exploração.

É fato que a Amazônia é considerada umas das regiões de maior interesse mundial, levando em consideração seu rico bioma e uma grande capacidade de geração de lucro baseada na exploração dos recursos naturais, especialmente minerais, presentes no bioma. Por isso, há séculos, sofre com ganância e a ambição excessiva do homem, que busca extrair de todas as formas as riquezas da região. Para CASTRO (2010), as transformações recentes na Amazônia indicam uma aproximação entre os anseios que impulsionaram essa cobiça e a dominação colonial de países europeus na América do Sul, ou as ideias extravagantes sobre as riquezas naturais, suas potencialidades e sua inesgotabilidade. Além disso, a autora explicita esses novos processos de dominação social, que são representados por empresas nacionais e internacionais, ou instituições que procuram obscurecer a história e desregular estruturas locais. A autora ressalta, ainda, as contradições sociais e políticas que emergem da relação entre Estado e

sociedade, pela imposição de grandes projetos de investimentos na Amazônia, como a mineração, hidrelétricas, rodovias e o agronegócio.

Ainda é comum observarmos a falta de políticas públicas que possam, de fato, proporcionar a preservação ambiental de áreas reservadas, bem como a proteção de povos e comunidades tradicionais que nelas vivem e que lutam, diariamente, para manter seus costumes e tradições, como é o caso de muitos grupos que vivem na região de afetação da RENCA. Além de todos esses problemas, consideram-se ainda outros agravantes que se tornam visíveis junto com a mineração:

“A mineração pouco contribui para a inclusão social, pois são poucos os empregos locais gerados. Os trabalhadores que chegarem na região trarão junto problemas clássicos desse tipo de empreendimento: doenças, violência, alcoolismo, prostituição e ruptura de estruturas sociais nas comunidades estabelecidas” (Young, 2017)

Para Young (2017) buscam-se matérias-primas e energia sem considerar os custos socioambientais, o que acaba reforçando a exclusão social, pois os benefícios são concentrados em um pequeno grupo de pessoas, mas a degradação ambiental acaba sendo deixada para nós, sem distinção. Fala ainda que a visão de que o crescimento econômico e preservação ambiental são essencialmente antagônicos ainda prevalecem por entre os tomadores de decisão.

Assim sendo, o Brasil se vê envolvido em polêmicas que contribuem para a construção de uma imagem negativa, principalmente na imprensa internacional. Esquemas de corrupção e a crescente violência no Brasil são assuntos noticiados em diversos veículos de comunicação. Todos esses acontecimentos têm favorecido a construção de uma imagem confusa para os estrangeiros em relação ao país, que enfrenta uma crise econômica e, principalmente, política. Para Brasil (2012), esse país historicamente apresentado na mídia estrangeira é sempre fruto de uma imaginação desbragada sobre os trópicos e de uma utopia repleta de estereótipos e clichês, onde prevalecem velhas ideias de exploração da natureza exuberante e de costumes singulares frente ao olhar europeu-americano. A partir disso, percebemos que, na maioria dos casos, o valor-notícia para a mídia internacional sobre o Brasil é sempre composto por fatores negativos, fato este que acaba ofuscando os atrativos do país, como as belas praias, biodiversidade amazônica etc.

Esse valor notícia refere-se, justamente, aos critérios da noticiabilidade, ou seja, todo e qualquer fato potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde as características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (Silva, 2005). Considerando o valor notícia da Amazônia internamente, para muitos brasileiros, é só uma periferia do país, uma região exótica, distante e pobre que não se visita, em grande parte coberta pela floresta. Já internacionalmente, o que se percebe é que a Amazônia é conhecida como uma terra de índios onde reina a natureza virgem, mesmo sendo muito ameaçada pelo desmatamento, pelos garimpeiros e pela cobiça das grandes empresas multinacionais (Gruzinski, 2014).

Frente a esses contrastes, iniciou-se o processo de análise de conteúdo deste trabalho, passando por todas as etapas fundamentais para sua elaboração, sendo elas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados. No primeiro tópico desse material, brevemente, discorreremos sobre Amazônia e a intensa exploração sofrida há séculos até os dias atuais, para assim, focarmos no episódio da RENCA, enquanto um produto jornalístico. Ainda nesta primeira parte, um mapa, dados e informações técnicas sobre RENCA serão disponibilizadas. No segundo tópico, fala-se sobre o método de análise escolhido para a elaboração deste artigo, a saber, a análise de conteúdo, enfatizando o processo de análise categorial em matérias jornalísticas. Tal análise, onde os dados foram coletados, recortados e divididos por meio de categorias (aspectos ambientais, econômico/político e social), estará mais especificada no terceiro tópico deste trabalho, sendo oito reportagens analisadas nessa seção (Tabela 1). No último tópico, encerramos com as considerações finais referentes à análise, procurando entender de que forma a imprensa internacional noticiou o fato, ou seja, as matérias contemplam todos os lados na notícia, dando espaço para veiculação de informações qualificadas e com base em pesquisa no material?

2. AMAZÔNIA EM RISCO: CASO DA RENCA

Percebe-se que desde a chegada dos europeus à Amazônia, a região sofre com a exploração do homem perante os incontáveis recursos naturais que encontram no local. Para Loureiro (2002), a Amazônia foi, ainda no passado, “um lugar com um bom estoque de índios” para servirem de escravos, uma fonte de lucros no período das

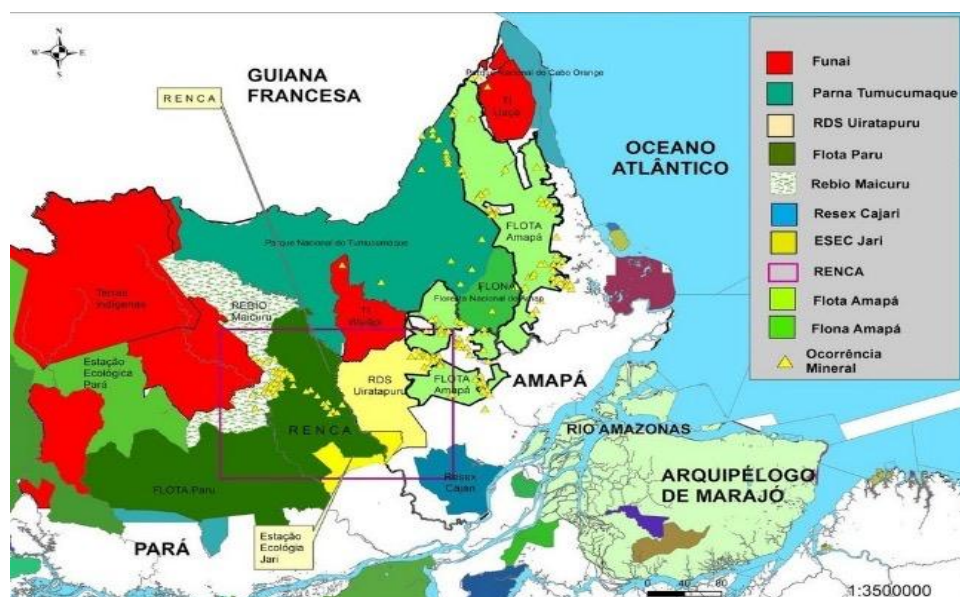
“drogas do sertão”, ou ainda a maior produtora e exportadora de borracha, tornando-se uma das regiões mais rentáveis do mundo, em uma determinada fase. Contudo, ainda de acordo com a autora, a recente exploração da Amazônia, seja como fonte de ouro, geradora de energia elétrica para exportar para outras regiões do Brasil e para os grandes projetos que a consomem a preços subsidiados e diversos outros fatores é mais atenuante.

Ainda que a região seja rica em recursos minerais, sendo uma das principais produtoras de ferro do planeta, pouco se tem beneficiado das exportações, já que a maioria dos impostos não ficam retidos na região. Para Loureiro:

“Se a Amazônia tem gerado riqueza, a riqueza não se vê nem se fixa nela. É verdade que tem havido um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia nas últimas décadas. No caso do Pará, por exemplo, onde houve um crescimento econômico expressivo, no ano de 1975 o PIB era de US\$ 2,408 bilhões e em 1987 havia ascendido a US\$ 5,332 bilhões, o que significa um fantástico aumento de 121% no período. No entanto, como o crescimento da população foi igualmente grande (face à migração), a renda per capita que era de US\$4 946,83 em 1975 passou para US\$959,01 em 1987, com crescimento relativo de apenas 1,29% no período. Em contrapartida, os recursos naturais da Amazônia vêm sendo engajados nesse esforço de exploração da região pela União com uma força extraordinária e com grande desperdício, já que é justamente para explorá-los a custo baixo, ou próximo do zero, que os novos capitais vêm se dirigindo nas últimas décadas para a região.” (LOUREIRO, 2002, p.2)

Ou seja, pode-se concluir que a Amazônia produz mais recursos para fora do que recebe o retorno de toda a exploração sofrida nas últimas décadas, negligenciando, além disso, os povos e comunidades que vivem na região, que sofrem com o descaso. Apesar de toda cobiça e interesse humano, uma das poucas áreas preservadas na Amazônia abriga a extensa reserva mineral, denominada de RENCA. A área está situada na divisa dos estados do Pará e Amapá e foi, ainda, criada no regime militar, em 1984, para evitar o desabastecimento de recursos minerais estratégicos para o país como o ouro, cobre, ferro, e outros minerais, de acordo com o Ministérios de Minas e Energia. A reserva possui, ainda, nove áreas protegidas e são elas: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, a Reserva Biológica de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Extrativista Rio Cajari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d’Este.

Figura 1- Mapa referente à localização da RENCA



(Fonte: Ministério de Minas e Energia)

O Decreto 89404, de 24 de fevereiro de 1984, regulamentou a criação da RENCA, dando uso exclusivo de pesquisas na região para a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), restringindo qualquer atividade de mineração por parte de outras empresas ou órgãos estatais. Como expõe o Decreto:

“ (...) os trabalhos de pesquisa destinados à determinação e avaliação das ocorrências de cobre e seus associados na área descrita no artigo 1º caberão, com exclusividade, à companhia de pesquisa de recursos minerais-CPRM, que os executará com recursos próprios ou oriundos de convênios firmados com o grupo executivo para a região do baixo Amazonas- GEBAM. (Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984)

Entretanto, em 2015, começou-se a debater sobre a extinção da Reserva Nacional de Cobre, visando apenas o lucro que a exploração na região poderia trazer e, assim, avançar-se na decisão. Em 07 de abril de 2017, através da Portaria MME nº 128 de 30 de março de 2017, o então Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, tornou público o interesse do Governo Federal na extinção da RENCA. De acordo com a Portaria,

“(...) considerando a importância de se criar mecanismos para viabilizar a atração de novos investimentos para o setor mineral; que, para viabilizar a proposta apresentada à presidência da República de extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados- RENCA, que será realizada por meio de decreto, será necessário desonerar as áreas objetos de requerimentos apresentados e pendentes de decisão ou títulos eventualmente outorgados sem amparo na legislação pertinente; e que a extinção da RENCA viabilizará o acesso ao potencial mineral existente na região e estimulará o desenvolvimento econômico dos Estados envolvidos. (...)” (Portaria nº128, de 30 de março de 2017)

Assim, no dia 22 de agosto de 2017, o presidente do Brasil, Michel Temer extinguiu a RENCA, abrindo a extensa área para exploração, causando indignação imediata entre ambientalistas, indígenas, e a sociedade em geral, que utilizaram, principalmente, suas redes sociais para protestarem contra a possibilidade de um decreto que instituiria os interesses presentes na portaria. Neste momento, houve cobertura ampla de mídias nacionais e internacionais sobre o assunto, que se dividiam entre matérias sobre as “vantagens econômicas e sociais” de uma possível extinção, e aquelas que, de fato, mostravam o que estava por trás do referido decreto, e todos os danos que tal decisão poderia ocasionar. Após uma semana de fortes polêmicas e mobilizações populares como denúncias e protestos, no dia 30 de agosto de 2017, o juiz Rolando Spanholo, determinou a suspensão imediata de todo e qualquer ato administrativo que buscasse extinguir a RENCA, alegando haver inconstitucionalidade do ato. A decisão contribuiu para pôr em estado de alerta a população referentes às decisões advindas do Governo Federal em relação à região amazônica provocando, inclusive, manifestações no Brasil, e em diversos outros países. Uma delas que ganhou destaque ocorreu no dia 12 de setembro de 2017, onde representantes de grupos indígenas, artistas e entidades de proteção ao meio ambiente realizaram um ato de defesa da Amazônia no Congresso Nacional, e puderam entregar um documento com 1,5 milhão de assinaturas de brasileiros, pedindo a proteção da Amazônia e de todos que nela vivem.

Considerando tal problemática, julgou-se importante analisar como a imprensa internacional, mais precisamente os veículos *The New York Times*, *The Guardian* e *Le Monde*, empenharam-se para veicular matérias jornalísticas em seus sítios eletrônicos sobre o referido tema, a fim de perceber de que forma essas reportagens foram noticiadas nessas mídias. Dessa forma, percebeu-se uma conexão da construção da imagem negativa no exterior do país, em associação aos fatos políticos ocorridos, referentes à agenda ambiental, a partir do enfoque e tipo de notícia expostas nos veículos anteriormente elencados.

3. MÉTODO UTILIZADO: ANÁLISE DE CONTEÚDO EM MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

A análise de conteúdo, de acordo com Kolbe e Burnet (1991), consiste em um método de pesquisa observacional que é utilizado para avaliar sistematicamente o conteúdo simbólico de todas as formas de comunicação registradas. Essa comunicação

pode ser analisada em vários níveis, sejam imagens, palavras, papéis etc, criando assim uma ampla gama de oportunidades e de construção de agendas de pesquisa. Além disso, para BARDIN (1977), uma análise de conteúdo se refere “a uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do manifesto da comunicação”, ou seja, quanto mais detalhada e completa for a interpretação dos dados, melhor será sua compreensão e análise.

Essa análise pode ser um método de interpretação utilizado em diversos documentos, sejam cartas, jornais, livros etc. Como diz MORAES (1999), a matéria prima da análise de conteúdo pode se constituir de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos não biográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, etc. Contudo, os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então, ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo.

Durante o período dos dias 22 de agosto a 26 de setembro de 2017, quando o Decreto nº 9.142 foi publicado e revogado, a Imprensa nacional e internacional voltou os olhos para toda movimentação entre ambientalistas, celebridades e sociedade de uma forma geral. A publicação do decreto se tornou um dos assuntos mais comentados em redes sociais e a população, de fato, queria entender o verdadeiro motivo do então presidente, Michel Temer, abrir a RENCA `a exploração mineral, que, antes, unia o fator de guardar e preservar minérios estratégicos, com a conservação de uma das áreas mais preservadas da região amazônica. Com isso, procurando acompanhar a cobertura nas grandes mídias mundiais sobre assuntos referentes ao Decreto nº 9.142 e toda a movimentação acerca do assunto, partindo do princípio da teoria do agendamento onde a mídia é a principal ligação entre os acontecimentos do mundo, foi feita pesquisa específica em matérias veiculadas no período de 24 de agosto de 2017 a 30 de setembro de 2017, nas versões eletrônicas dos jornais *The Guardian* (Inglaterra), *The New York Times* (EUA) e *Le Monde* (França), destacando todas as matérias publicadas, totalizando um número de oito reportagens divulgadas sobre o tema.

Diante disso, o método de pesquisa utilizado para este artigo será uma análise de conteúdo com base documental, contendo caráter descritivo e categorial, tendo como o

tema central a política ambiental do Governo Federal brasileiro. A partir desse tema principal, foram encontrados sub-temas específicos, tais como a RENCA dentro da região amazônica, a mineração como um todo e o decreto governamental abrindo para exploração na área. A partir disso, foram selecionados aspectos que pudessem ser divididos, fazendo, assim, uma categorização da análise (ambiental, econômico/político e social). Tais categorias, referentes ao tema, foram selecionadas levando em consideração os assuntos que envolvem o decreto estudado e a RENCA. Para BARDIN (1977), essa análise categorial funciona por operações de desmembramentos do texto em unidades, ou seja, em categorias, segundo reagrupamentos analógicos:

“Esta, pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou ausência) de itens de sentido. Isto pode constituir-se um primeiro passo, obedecendo ao princípio da objetividade e racionalizando através de números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das categorias, espécies de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem.” (BARDIN, 1977, P.36)

Para a elaboração, foram levadas em consideração etapas, ainda de acordo com a autora, que se dividem em três partes: I- Pré-análise- onde uma busca das reportagens que abordam assuntos referentes ao tema em questão é feita para, assim, selecioná-las. Nesta etapa, pode-se considerar uma organização dos dados, através de uma tabela, onde as matérias serão colocadas lado a lado, de acordo com a data da publicação e quantidade, para uma melhor compreensão; II- Exploração do material- etapa fundamental onde as matérias foram traduzidas, lidas e compreendidas. É a partir desse passo que os aspectos científicos do problema de pesquisa deste artigo são destacados; III- Tratamento dos resultados- onde, de fato, pode-se concluir-se a análise e, de acordo com as autoras IKEDA e CHANG (2006), a partir desses resultados obtidos, o pesquisador poderá fazer inferências e interpretações, com vista aos objetivos estabelecidos. E assim, entender de que forma as informações científicas estão sendo transmitidas por meio das reportagens e qual direcionamento os veículos em questão atribuíram essas notícias.

Em um primeiro momento, seguindo um caminho metodológico de acordo com Bardin (1977), foi feita uma leitura flutuante onde se tem um contato inicial com os documentos que serão utilizados para estudo, sendo, nesse caso, matérias contendo as palavras RENCA, decreto e abertura para exploração. A busca por essas reportagens aconteceu através dos próprios sites dos referidos jornais escolhidos para análise,

utilizando o sistema de busca de cada endereço eletrônico. Para que a análise de conteúdo pudesse ser iniciada, foram escolhidos três aspectos que poderiam ser encontrados em trechos no decorrer das matérias:

- a) Aspectos ambientais: partes do texto que trouxessem elementos cujo sentido estivesse ligado ao meio ambiente e tudo o que se refere ao tema, como as prováveis consequências do conteúdo do Decreto na região da RENCA;
- b) Aspectos econômicos/políticos: por se tratar de um assunto de cunho extremamente político a partir da ação governamental, bem como das próprias resistências a essa mesma ação, viu-se a importância de destacar elementos no texto que apresentassem características econômicas e políticas relacionadas ao decreto, como possíveis interesses políticos e econômicos contidos na decisão;
- c) Aspectos sociais: levando em consideração a existência de povos indígenas presentes da região da RENCA, se fez necessário procurar por trechos que falassem sobre esses povos e as prováveis consequências para esses, caso houvesse autorização de exploração mineral na área.

Já tendo sido selecionados os aspectos em questão, um processo de codificação dos dados foi feito, onde restringe-se a escolha de unidades de registro, ou seja, o recorte da pesquisa onde os trechos foram encontrados. Além disso, houve uma contabilização do número de trechos contidos em cada aspecto selecionado. Assim, pôde-se compreender melhor qual direcionamento foi dado em cada reportagem estudada para se chegar a uma conclusão a partir da análise de conteúdo realizada.

4. RESULTADO: ANÁLISE DAS REPORTAGENS

Foram analisadas oito matérias que estavam de acordo com o tema abordado neste artigo, ou seja, reportagens jornalísticas relacionadas ao decreto publicado sobre a abertura da RENCA, no período de 24 de agosto de 2017 a 30 de setembro de 2017. É notável a presença das mesmas informações técnicas ambientais, econômicas/ políticas e sociais em todas as reportagens analisadas, tendo em algumas a presença de informações mais consistentes e completas e em, outras, dados vagos e sem muita informação ao leitor. Como por exemplo, o tamanho total equivalente à RENCA e a movimentação de ambientalistas, parlamentares e a sociedade, foram informações presentes em todas as matérias utilizadas nesta pesquisa. Em contrapartida, algumas

reportagens não divulgaram dados reais sobre o que, de fato, estaria por trás do decreto autorizado pelo presidente, como o desmatamento e o descaso com os povos e comunidades tradicionais que vivem na região. Além disso, no jornal The New York Times, apenas um artigo divulgado no dia 18 de setembro de 2017 falou sobre a decisão do governo de aprovar o decreto. Uma outra reportagem foi divulgada apenas no dia 30 de setembro de 2017, já informando a revogação do decreto publicado no dia 22 de agosto de 2017.

O veículo Le Monde divulgou três matérias, publicadas nos dias 30 de agosto de 2017, 02 e 26 de setembro de 2017, também falando sobre a revogação do decreto após a enorme comoção mundial. Em algumas reportagens, foram utilizadas entrevistas com fontes secundárias que forneceram dados para o enriquecimento da matéria. Já na mídia The Guardian foram analisadas e destacadas 3 matérias, desde o dia 24 de agosto de 2017 até o dia 30 de setembro de 2017. Após a reunião de todos os recortes e contabilização dos trechos categorizados, foi elaborada uma tabela para a organização dos dados, contendo o nome de cada reportagem, sua data de publicação e a quantidade de trechos presentes em cada aspecto (tabela I)

TABELA 1 – Organização das reportagens, datas de publicação e quantidade de trechos recortados

JORNAL	TÍTULO DA MATÉRIA	DATA DA PUBLICAÇÃO	Nº DE TRECHOS RECORTADOS (ASPECTOS AMBIENTAIS, ECONÔMICOS/POLÍTICOS E SOCIAIS)
THE NEW YORK TIMES	1ª -BRAZILIAN JUDGE STYMIES PLAN TO ALLOW MINING REGION	1ª- 30 DE AGOSTO DE 2017	1ª- 4 (AMBIENTAIS); 2(ECONÔMICO/POLÍTICO);2(SOCIAL)
	2ª -IN THE AMAZON, A CATASTROPHIC GOLD RUSH LOOMS	2ª- 18 DE SETEMBRO DE 2017	2ª- 6 (AMBIENTAIS.);3(ECONÔMICOS/POLÍTICOS.); 0(SOCIAL)
THE GUARDIAN	1ª-BRAZIL ABOLISH HUGE AMAZON RESERVE IN	1ª- 24 DE AGOSTO DE 2017	1ª- 4(AMBIENTAIS.); 3(ECONÔMICOS/POLÍTICOS); 2(SOCIAL)
	“BIGGEST ATTACK” IN 50 YEARS	2ª- 30 DE AGOSTO DE 2017	2ª- 2(AMBIENTAIS); 1(ECONÔMICOS/POLÍTICOS);1(SOCIAL)
	2ª- BRAZILIAN COURT BLOCKS ABOLITION OF VAST AMAZON RESERVE	3ª- 26 DE SETEMBRO DE 2017	3ª- 3(AMBIENTAIS.); 3(ECONÔMICOS/POLÍTICOS); 1(SOCIAL)
	3ª- BRAZIL		

	BACKSTRACK ON PLAN TO OPEN UP AMAZON FOREST MINING		
LE MONDE	<p>1ª- BRÉSIL: LA JUSTICE SUSPEND L'AUTORISATION D'EXPLOITER UNE RÉSERVE D'AMAZONIE.</p> <p>2ª- AU BRÉSIL, LE PRESIDENTE TEMER ACCUSÉ DE VENDRE L'AMAZONIE AUX ENCHEVES.</p> <p>3ª- LE BRÉSIL ANNULE UM DÉCRET D'EXPLOITATION MINIÈRE EM AMAZONIE.</p>	<p>1ª- 30 DE AGOSTO DE 2017</p> <p>2ª- 02 DE SETEMBRO DE 2017</p> <p>3ª- 26 DE SETEMBRO DE 2017</p>	<p>1ª- 2(AMBIENTAIS);2(ECONÔMICOS/POLÍTICOS);1(SOCIAL)</p> <p>2ª- 1(AMBIENTAIS); 1(ECONÔMICOS/POLÍTICOS); 1(SOCIAL)</p> <p>3ª- 3(AMBIENTAIS); 3(ECONÔMICOS/POLÍTICOS); 1(SOCIAL)</p>

Fonte: A autora

4.1 Aspectos ambientais

A presença desses dados técnicos ambientais em casos que tratem sobre a RENCA é extensa e precisa ser compreendida de uma forma geral para que se entenda, de fato, o que está em jogo. Isto é, pautas com um caráter ambiental precisam, de acordo com BUENO (2007), ressaltar de imediato três funções: a) função informativa; b) função pedagógica; e c) função política. Ainda, de acordo com BUENO (2007), o jornalismo ambiental contempla várias mídias ou ambientes (jornais, revistas, rádio, televisão, sites, newsletters etc) e, como as demais manifestações jornalísticas, caracteriza-se pelos atributos da atualidade e periodicidade. Ou seja, a cobertura jornalística ambiental pode estar inserida num veículo ao lado de outras coberturas, mas, também, pode ser o foco exclusivo de uma publicação, como é o caso das matérias analisadas para este estudo.

Foi constatado que 100% das matérias analisadas possuem dados ou informações ambientais sobre o tema, com por exemplo, o tamanho equivalente da RENCA, sua localização e quais metais preciosos seriam encontrados na região. Na medida em que os trechos foram sendo contabilizados, puderam ser organizados na tabela (Tabela I) ao lado de cada categoria corresponde, dividido por reportagens de cada jornal e sua data de publicação. No dia 30 de agosto de 2017, o jornal norte-americano *The New York Times* publicou uma matéria com o título “Juiz brasileiro planeja evitar a mineração na Amazônia”² escrita por Ernesto Londoño e Shannon Sim, publicada em uma sessão específica sobre matérias relacionadas à América Latina denominada “Americas”. O texto se referia à decisão vinda do juiz Rolando Valcir Spanholo de anular o Decreto de abertura da RENCA, após uma fracassada tentativa do governo em responder às manifestações sobre o caso. Na reportagem, foram analisados e destacados quatro trechos contendo informações e dados ambientais sobre o tema em questão (ver Tabela 1) e, na maioria, elementos importantes como podemos observar no trecho “Temer reduziu as proteções ambientais e reduziu os orçamentos das agências que aplicam as leis ambientais e combatem o desmatamento ilegal”. Foi observado, também, que o veículo divulgou sua primeira reportagem sobre o assunto apenas no dia 30 de agosto de 2017, ou seja, sete dias após o decreto ter vindo à tona, e causadas intensas reações nacional e internacionalmente. Além desses trechos, pôde ser destacado mais três trechos contendo os aspectos em questão na mesma reportagem:

“Em uma decisão emitida na terça-feira, o juiz Rolando Valcir Spanholo disse que o poder executivo havia excedido sua autoridade em rescindir a designação de uma região de 17700 quilômetros quadrados conhecido pela sigla em português RENCA, como área protegida por decreto presidencial”;

“(…) que delineia mais amplamente os passos para mitigar os danos ambientais, salvaguardar os direitos das comunidades indígenas e manter as áreas protegidas. Mas os oponentes dizem que o plano acelerará o desenvolvimento que invadiu as florestas tropicais e acelerará o desmatamento e o deslocamento de povos nativos.”;

“(…) a emissão da ordem executiva RENCA abrindo uma área do tamanho da Dinamarca para operações de mineração.”; (“Brazilian Judge stymies allow mining in amazon region”, *The New York Times*, 30 de agosto de 2017)³

É notável a presença de alguns argumentos categóricos que expõem informações sobre a atual situação das políticas públicas do Brasil, como o descaso com a

²“Brazilian judges stymies plan to allow mining region” (Trecho original) Tradução da autora

³Tradução da autora

preservação do meio ambiente e a proteção das comunidades indígenas, por exemplo. Em todo o caso, o tema central dessa reportagem refere-se a decisão, por parte de um juiz federal, em interromper o decreto temporariamente. Além disso, a notícia conta com pequenos trechos de entrevistas com o juiz em questão (não citando a fonte) e com uma ambientalista, referindo-se ao “alívio que a suspensão trouxe”, além de citar a movimentação de celebridades nacionais e internacionais, como Gisele Bündchen, que serviram, de certa forma, para uma movimentação mais intensa sobre o caso. Percebe-se que as características ambientais presentes no texto referem-se ao tamanho da RENCA, com afirmações como “equivalente a 17700 quilômetros”, “área equivalente a Dinamarca” e “proteção ambiental e desmatamento da região”.

Além dessa reportagem, foi identificada apenas mais uma matéria em formato de artigo, publicada no dia 18 de setembro de 2017 e escrita por Chris Feliciano Arnold, contendo informações precisas com argumentos impactantes, mostrando, de fato, a opinião do autor referente ao Decreto nº 9.142. Neste artigo, percebemos a intenção do autor em transmitir ao seu leitor as informações necessárias para que pudessem compreender o lado obscuro de tal decisão governamental. Foram destacados seis trechos contendo aspectos ambientais sobre a RENCA:

- “O presidente interino do Brasil, Michel Temer, está disposto a sacrificar milhões de hectares de floresta tropical em busca de um “boondogle” do século XVI: a fortuna do ouro na Amazônia.”

- “(...) Temer assinou um decreto para abrir uma reserva de floresta tropical para mineração comercial, ameaçando décadas de proteção ambiental e direitos indígenas na Amazônia (...)”

- “(...) A reserva Nacional de cobres e associados, de aproximadamente 17.500 milhas quadradas (...)”

- “(...) seu status de proteção dissuadiu o desenfreado desenvolvimento em outros lugares da Amazônia que esmagou a diversidade destruiu comunidades indígenas e reduziu milhões de hectares de floresta tropical a pastagem social: durante a última corrida do ouro no Brasil, milhares de Yanomami perderam suas terras- e suas vidas- para a invasão de garimpeiros patrocinada pelo governo que expôs tribos⁴ à doenças, álcool, drogas e prostituição.”

-“(...) Em 2015, o Brasil sofreu o pior desastre ambiental de sua história quando uma barragem de rejeitos de minério de ferro, em Minas Gerais, faliu, matando 17 pessoas e envenenando o rio mais importante da região com toneladas de Iodo laranja tóxico que levará anos para ser limpo.”

⁴As diferentes sociedades e culturas não podem ser vistas como “mais ou menos evoluídas”, pois não existe uma evolução única e linear que caminha do primitivo ao civilizado. Afastando-se desse olhar equivocado sobre as diferentes culturas, a antropologia trabalha hoje com noções como etnias, grupos ou povos, e não de tribos (Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingú 50 anos)

-“(…) De acordo com dado coletados pelo instituto de pesquisa ambiental da Amazônia, uma organização científica que trabalha para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, Renca abriga uma das maiores concentrações de mamíferos ameaçados de extinção na floresta tropical.” (“In the Amazon, a catastrophic gold rush Looms”, *The New York Times*, 18 de setembro de 2017.)⁵

Diferentemente de outras reportagens publicadas, neste artigo percebe-se o tom crítico por parte do autor em relação ao assunto abordado. Por se tratar de um artigo de opinião, presente em uma sessão específica para esse tipo de matéria, percebe-se também um caráter argumentativo e pessoal, transmitindo o que o autor pensa sobre a RENCA. Apesar da sua data de publicação ter sido somente no dia 18 de setembro de 2017, o autor discorre, primeiramente, sobre a decisão por parte do presidente Temer, ainda em agosto. Em um caráter comparativo, o autor cita o caso de Serra Pelada como uma “corrida do ouro de 1980”, onde diversos índios Yanomani perderam suas vidas por conta do garimpo ilegal na área. Além disso, encontra-se trechos falando sobre a construção da rodovia Transamazônica e da usina de Belo Monte junto com todas as consequências ocasionadas por elas. Por se tratar de uma reportagem, as fontes para a mesma não foram encontradas, entretanto, percebe-se através das informações presentes no texto, que o autor fez uma pesquisa profunda sobre a RENCA e alguns crimes ambientais ocorridos no Brasil desde a década de 1970, sobre os olhares do Governo Federal. Em relação à primeira reportagem, publicada no dia 30 de agosto, esse artigo pôde ser considerado mais completo em relação aos aspectos ambientais para este estudo, contendo informações mais impactantes sobre o assunto.

No jornal europeu *The Guardian*, três reportagens divulgadas puderam ser destacadas e analisadas, sendo a primeira divulgada em 24 de agosto de 2017, a segunda, em 30 de agosto de 2017, e, a terceira, no dia 26 de setembro do mesmo ano,. Todas as três matérias foram veiculadas em uma sessão específica do veículo denominada *Amazon Rainforest* (floresta amazônica). A partir da análise, percebe-se que os aspectos ambientais presentes nos textos também aparecem em maior quantidade, quando relacionada aos outros aspectos observados, contendo nove trechos retirados de todas as reportagens. No dia 24 de agosto, dois dias após o decreto ter sido anunciado, o jornal *The Guardian* divulgou sua primeira reportagem sobre o assunto com o título “Brasil abole enorme reserva amazônica, sendo considerado o maior ataque

⁵Tradução da autora

em 50 anos”,⁶ escrita por Jonathan Watts, e nela foram destacados quatro trechos contendo aspectos ambientais. São eles:

- “(...) A dissolução da reserva da RENCA- com 46.000 quilômetros quadrados, localizados na fronteira do Pará e Amapá (...)”
- “(...) alegou que a mudança de status não afetaria áreas de conservação e territórios indígenas na região, mas ativistas da Amazônia alertaram a exploração comercial por grandes empresas no passado acabou sendo seguida por grileiros ilegais, garimpeiros e construtores de estradas.”
- “Cristian Poirier, da Amazon Watch, disse que a decisão de Temer deve ser vista no contexto de esforços mais amplos de seu governo para corroer áreas protegidas, enfraquecer o licenciamento ambiental (...)”
- “Além da exploração demográfica, desmatamento, perda de biodiversidade e recursos hídricos (...)” (Brazilian Abolish huge Amazon reserve in “biggest attack” in 50 years, The Guardian, 24 de Agosto de 2017)⁷

No início da reportagem, percebe-se a intenção do autor em explicitar o lead da matéria, ou seja, informações como o tamanho da RENCA e localização logo aparecem. Além disso, algumas falas de ambientalistas, como Cristian Poirier, da Amazon Watch, referindo-se sobre como a decisão iria “corroer áreas protegidas”. Apesar do tom crítico em relação ao decreto de abertura da RENCA, não foram observadas informações mais profundas, como dados informacionais e/ou estatísticos referente a crimes ambientais presentes nessa ou em outras regiões da Amazonia.

Já no dia 30 de agosto de 2017, o mesmo veículo divulgou uma reportagem com o título “Corte brasileira bloqueia abolição de vasta reserva amazônica⁸”, também escrita por Jonathan Watts. Nota-se que a reportagem conseguiu ganhar mais sentido por conta do primeiro texto divulgado no dia 24 de agosto, podendo ser considerada um complemento. Além disso, foi observado no referido site a existência de hiperlinks, direcionando o leitor à outra reportagem. No texto, foram destacados. Entretanto, contou com apenas dois trechos contendo características ambientais em seu corpo:

- “O juiz federal Rolando Valcir Spanholo disse que o presidente foi além de sua autoridade na emissão de um decreto para abolir a RENCA, uma área de 46.000 quilômetros quadrados (17.760 milhas quadradas) que está protegida desde 1984”
- “Mas isso pode ser apenas um alívio temporário para a área, que acredita-se conter depósitos de ouro, cobre, tântalo, minério de ferro, níquel e

⁶“Brazil Abolish Huge Amazon Reserve In ‘biggest attack’ in 50 years” (trecho original) Tradução da autora

⁷Tradução da autora

⁸“Brazilian Court Blocks abolition of vast Amazon Reserve” (trecho original) Tradução da autora

manganês.” (“Brazilian court blocks abolition of vast Amazon Region, The Guardian, 30 de agosto de 2017)⁹

Percebe-se que os aspectos ambientais presentes nesta reportagem acabam caracterizando-se como apenas “informes complementares”. Ou seja, encontram-se apenas informações básicas sobre a localização e o tamanho da RENCA, servindo de complemento a outros dados expostos no corpo do texto. Como na frase “uma área de 46.000 quilômetros quadrados”, referindo-se ao tamanho da reserva.

A última reportagem publicada pelo jornal The Guardian foi veiculada no dia 26 de setembro de 2017 e escrita, também, por Jonathan Watts, com o título “Brasil recua em plano para abrir floresta Amazônica”. O texto se preocupa em transmitir ao leitor informações sobre a mudança nos planos do governo referentes ao decreto, onde defendia-se que apenas 30% da reserva iria ser liberada para exploração e conta com a opinião de entidades relacionadas ao tema, como o Greenpeace, sobre o que estará sujeito a acontecer caso a Reserva seja aberta para exploração mineral. Além disso, a presença de elementos sobre a RENCA, como o ano de sua criação perante o governo federal e suas justificativas, são mais claras e precisas no texto, possibilitando uma maior percepção de seu leitor. Porém, observa-se uma semelhança grande de informações ambientais contidas na reportagem publicada no dia 30 de agosto de 2017.

Em relação aos aspectos ambientais, foram destacados três trechos nesta reportagem:

- “O presidente Michel Temer provocou indignação em agosto quando anunciou um decreto para abolir a reserva da RENCA, uma área de 17.800 milhas quadradas- aproximadamente do tamanho da Suíça- que é um importante sumidouro de carbono e abriga parte da biodiversidade mais rica do mundo.”

- “O governo insistiu que apenas 30% da reserva seria aberta à mineração. O território indígena e os parques de conservação da natureza não seriam afetados, afirmou (...)”

- “Já existem 14 minas ilegais e oito pistas de pouso para pilotos em RENCA, segundo o Greenpeace, que afirma que o problema teria piorado se a Temer tivesse aprovado a extração mineral em escala industrial por empresas nacionais e internacionais.” (Brazil backtracks on plan to open up Amazon forest mining, The Guardian, 26 de setembro de 2017)

Nesta reportagem, observou-se a presença de uma informação que, até o momento, não teria sido divulgada em nenhuma reportagem, referente ao fato da

⁹Tradução da autora

existência de 14 minas ilegais e oito pistas de pouso para pilotos na RENCA, citando o Greenpeace como fonte oficial. Ou seja, percebe-se que, mesmo com a proibição de exploração na região da RENCA, já contatou-se a existência de mineração ilegal na área, provando uma fragilidade nas políticas de proteção da região. No mais, apenas informações superficiais foram encontradas.

O jornal francês *Le Monde* publicou três matérias referentes ao tema, em uma sessão no site denominada *Amériques*, sendo a primeira publicada no dia 30 de agosto de 2017, com o título “Brasil: justiça suspende autorização para explorar reserva amazônica”. Assim como o veículo norte-americano *The New York Times*, o jornal *Le Monde* publicou sua primeira reportagem somente alguns dias depois em que o Decreto nº 9.142/17 foi publicado, ou seja, após a grande repercussão mundial que o assunto tomou. Neste primeiro texto, dois trechos com aspectos ambientais foram destacados:

- “A reserva de RENCA contém grandes depósitos de ouro, ferro, cobre ou manganês. Minerais praticamente inexplorados até agora, pois o status de reserva limitava essa atividade a empresas públicas.”
- “ONGs ambientalistas, partidos políticos, celebridades como Leonardo DiCaprio e até mesmo o clero católico estavam particularmente preocupados com o agravamento do desmatamento, a perda da biodiversidade e os riscos para as pessoas.” (Brésil: la justice suspend l’autorisation d’exploiter une réserve d’Amazonie, *Le Monde*, 30 de Agosto de 2017)¹⁰

A reportagem conta com os mesmos dados e informações ambientais que todas as reportagens analisadas, destacando o “grande potencial mineral presente na região” e o “agravamento do desmatamento e perda da biodiversidade da região”. Por se tratar da primeira reportagem publicada pela mídia em questão, o autor procura contextualizar o que está acontecendo, falando brevemente sobre a decisão divulgada no dia 23 de agosto até a decisão ser suspensa. Entretanto, percebe-se que as informações podem estar incompletas, levando em consideração a inexistência de uma reportagem mais recente sobre o caso, que possa situar sobre o decreto e quando foi anunciado pelo governo brasileiro.

A segunda reportagem foi publicada no dia 02 de setembro e teve como título “No Brasil, presidente Temer é acusado de vender a Amazônia” e escrita por Claire Gatinois. Apesar do título, nota-se que o objeto da matéria é a decisão do juiz federal Rolando Valcir Spanholo em anular o decreto autorizado por Michel Temer. Apenas um

¹⁰Tradução da autora

trecho possui aspecto ambiental no texto, e diz que “uma área de 46.450 km², maior do que a Dinamarca, localizado entre os estados do Amapá e Pará, no norte do país, famosa pela sua riqueza em ouro, cobre, ferro, níquel e manganês”. Já na última reportagem, publicada no dia 26 de setembro, teve como título “Brasil cancela decreto de mineração” e foi divulgada em uma sessão especial do site do Le Monde, direcionada às matérias estrangeiras. A partir da análise na reportagem, percebe-se uma grande semelhança, inclusive o título, com a matéria publicada no dia 30 de agosto de 2017 pelo mesmo veículo. Nela, são encontradas as mesmas informações ambientais já publicadas, entretanto, contendo um espaço no final da reportagem, denominado de “Fique público”, com algumas informações técnicas sobre a RENCA e povos e comunidades existentes na região. Três trechos de caráter ambiental foram destacados, e são:

- “O decreto que desencadeou a controvérsia, assinado em 23 de agosto pelo conservador Presidente Michel Temer, tinha como objetivo remover os 47.000 km² da Renca, localizada na selva amazônica dos Estados do Pará e Amapá (norte)”
- “A reserva Renca contém grandes depósitos de ouro, ferro, cobre e manganês. Minerais praticamente inexplorados até agora, pois o status de reserva limitava a atividade de mineração a empresas estatais”
- “Críticas surgiram imediatamente no Brasil e no exterior, oponentes do decreto explicando que a exploração privada da reserva agravaria o desmatamento e a perda de biodiversidade (...)” (Le Brésil annule un décret d’exploitation minière en Amazonie, Le Monde, 30 de agosto de 2017)¹¹

Através da análise, percebe-se que o veículo Le Monde se preocupou em, de fato, apenas informar ao leitor o que estaria sendo proposto. A quantidade de informações repetidas chama a atenção, deixando claro a falta de fontes e até mesmo, pesquisas que pudessem enriquecer as matérias divulgadas. Assim como a matéria publicada no dia 02 de setembro, nesta, puderam ser destacadas palavras com características ambientais como “desmatamento” e a “perda da biodiversidade”; “47.000 km²”, referindo-se ao tamanho da RENCA.

4.2 Aspectos econômicos/político

Entende-se como aspectos econômicos e políticos em matérias jornalísticas, informações ou dados que envolvam, de alguma forma, a obtenção e utilização de recursos materiais necessários para o bem-estar de algo ou alguém. Economia e política estão intrinsecamente ligados, ou seja, para Kucinski(1996) não se entende a política

¹¹Tradução da autora

quem não entenda minimamente o funcionamento da economia mundial. Além disso, matérias jornalísticas que envolvem dados econômicos precisam de uma linguagem mais adequada, facilitando sua compreensão. Ainda de acordo com o autor, para o grande público, a economia adquiriu significados elementares, ligados ao seu dia-a-dia, e outros abstratos, de difícil compreensão.

Para a análise deste tópico, por se tratar de um decreto que envolve instituições governamentais e políticas públicas, aspectos econômicos e políticos puderam ser facilmente encontrados nas reportagens analisadas, mesmo em proporções diferentes comparados com os aspectos ambientais. Em todas as matérias, foram destacados pelo menos 2 trechos contendo alguma informação que possa ser enquadrada no aspecto em questão. Na primeira matéria, veiculada pelo jornal *The New York Times* com o título “Juiz brasileiro planeja evitar a mineração na Amazônia”, foram destacados dois trechos com características econômicas e políticas no texto:

- “(...) o governo argumentou que autorizar a mineração regulamentada na região restringirá a mineração ilegal do ouro e gerará novos empregos.”
- “O futuro da Renca se tornou a mais recente disputa na luta entre Temer e conservacionistas, que dizem que o presidente se tornou devedor de poderosas facções políticas que representam os interesses das indústrias agrícola, pecuária e de mineração.” (Brazilian Judge Stymies Plan to Allow Mining in Amazon Region, *The New York Times*, 30 de Agosto de 2017)¹²

No artigo “Na Amazônia, uma corrida catastrófica do ouro se aproxima”, três trechos extensos com tais aspectos foram destacados:

- “Ao abrir cerca de 30% da Renca para exploração mineira, o decreto estabelece um precedente perigoso ao dissolver uma barreira federal de longa data ao desenvolvimento, deixando outras áreas protegida dentro e fora da reserva, exposta ao potencial de pesquisa e exploração”
- “Durante décadas, os formuladores da política brasileira, analisavam a floresta tropical como uma fonte futura de riquezas minerais, madeiras, petrolíferas e agrícolas, e pouco na história do país sugere que o governo possa administrar o desenvolvimento sustentável na maior floresta e bacia hidrográfica do planeta.”
- “Três projetos atuais em consideração poderiam abrir mais de 12 milhões de acres (cinco milhões de hectares) de florestas protegidas nos próximos oito anos. Temer propôs um novo código de mineração que transfere a responsabilidade pelo monitoramento dos padrões ambientais do governo para as próprias empresas. Outra proposta catastrófica abriria todas as terras dentro da zona de fronteira protegida do Brasil- um território do tamanho do Alasca- para investimentos estrangeiros em mineração, trazendo tratores e novas ondas de garimpeiros para o refúgio de algumas das últimas

¹²Tradução da autora

tribos¹³isoladas do mundo.” (In the Amazon, a catastrophic gold rush looms, The New York Times, 18 de setembro de 2017)

Nas duas reportagens veiculadas pelo jornal The New York Times, observa-se a presença de elementos fortes em relação aos aspectos econômicos/políticos, como por exemplo, trechos que falam sobre “ a fala de conservacionistas sobre a relação do presidente Temer com facções políticas que representam os interesses das indústrias agrícolas, pecuária e da mineração. Ou seja, tais declarações que não seriam encontradas em mídias tradicionais no Brasil, por conta de uma forte ligação de veículos de imprensa com o próprio governo federal.

Na primeira reportagem divulgada no jornal The Guardian, com o título “Brasil abole enorme reserva amazônica em maior ataque dos últimos 50 anos”, foram observados três trechos:

- “Conservacionistas disseram que abrirá a porta para as empresas de mineração entrarem em Renca- onde mais de 20 empresas nacionais e multinacionais manifestaram interesse na região que supostamente contém depósitos de ouro, cobre, tântalo, minério de ferro, níquel e manganês.”
- “O governo disse que a reserva está sendo abolida para atrair investimentos estrangeiros, melhorar as exportações e impulsionar uma economia que tem lutado para emergir de sua mais profunda recessão em décadas.”
- “Desde que planejou o impeachment de sua companheira de corrida Dilma Rousseff no ano passado, Temer mudou rapidamente para desvendar proteções ambientais para agradar os poderosos lobbies agrícolas e de mineração (...)” (Brazil abolish huge amazon reserve in ‘biggest attack’ in 50 years, The Guardian, 2017)¹⁴

A reportagem “Justiça brasileira bloqueia abolição de vasta reserva amazônica”, apenas um trecho pôde ser destacado onde ressaltava que, com a liminar deferida para interromper o decreto nº 9,142/17, oponentes teriam mais tempo e aumentaria a pressão sobre Temer, que teria sido constantemente criticado por colocar os interesses econômicos à frente do meio ambiente. Já na terceira matéria ‘Brasil recua em plano para abrir floresta amazônica para exploração’, puderam ser destacados três trechos:

- “Mas a ameaça não foi embora. Temer e seu gabinete estão intimamente ligados às indústrias de mineração e agronegócios que querem reduzir as proteções para o território indígena, a floresta amazônica e outros biomas.”
- “Em uma declaração anunciando a reversão, o ministério da mineração deixou aberta a possibilidade de um novo debate sobre o assunto. “O Brasil precisa crescer e criar empregos, atrair investimentos em mineração e até explorar o potencial econômico da região.”

¹⁴Tradução da autora

- “Carlos Rittl, secretário executivo do observatório do clima do Brasil, observa o risco contínuo para a Amazônia do que ele chamou de uma “parceria inescrupulosa” com a bancada ruralista na qual Temer está tentando enfraquecer proteções ambientais e indígenas em troca de votos do congresso que o protegem de investigações de corrupções.”(Brazil backtracks on plan to open up Amazon forest to mining, The Guardian, 24 de Agosto de 2017)

É interessante observar a direção dada nas reportagens publicadas pelo jornal The Guardian referindo-se ao presidente Michel Temer, onde, muitas vezes é colocado como o agente principal das matérias, ou seja, o verdadeiro responsável em abrir a RENCA para exploração mineral. Em trechos como “parceria inescrupulosa com a bancada ruralista”, percebe-se a intenção do autor em divulgar informações que possivelmente não seriam divulgadas em mídias tradicionais brasileiras, por exemplo.

A primeira reportagem publicada pelo veículo Le Monde , contendo o título “Brasil: justiça suspende autorização para explorar reserva amazônica” ¹⁵(traduzido), foram encontrados dois trechos que se enquadrassem em tal aspecto:

- “O governo brasileiro é regularmente acusado de “vender os pulmões da terra” sob a pressão do poderoso lobby do agronegócio e dos interesses das empresas de mineração.”
- “Ele tentou justificar-se, explicando que o novo status da Renca forneceria uma estrutura para a exploração e evitar ‘os danos causados pelas atividades de mineração clandestina (...) a fim de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia.” (Brésil: la justice suspend l’autorisation d’exploiter une réserve d’amazone, Le Monde,30 de agosto de 2017)

Na matéria “No Brasil, o presidente Temer é acusado de vender a Amazônia em leilão”, um pequeno trecho foi analisado cujo sentido girava em torno de que o presidente Temer é mais conhecido por seu envolvimento em esquemas de corrupções do que por sua consciência ecológica, em consequência, muito provavelmente, não previu o grau de indignação que sua iniciativa provocaria. A matéria com o título “Brasil cancela decreto de mineração”, forneceu três trechos importantes para a análise. São eles:

- “O governo do Brasil, alvo de intensa crítica interna e externa, recuou e anunciou na segunda-feira (25 de setembro) que estava cancelando o decreto autorizando a mineração de uma reserva gigantesca da Amazônia por empresas privadas.”
- “O país deve crescer e criar empregos, atrair investimentos no setor de mineração, especialmente para explorar o potencial econômico da região

¹⁵“Brésil: la justice suspend l’autorisation d’exploiter reserve d’amazone” (trecho original) Tradução da autora.

- “O decreto também foi criticado dentro do governo do presidente Temer. ‘O cancelamento do decreto mostra (...) que nenhum governo está absolutamente imune à pressão pública”, disse Marcio Astrini, coordenador de políticas públicas do Greenpeace Brasil. ‘Esta é uma vitória da sociedade para aqueles que querem destruir e vender nossas florestas’, acrescentou, antes de avisar: ‘A RENCA é apenas uma batalha. A guerra contra a Amazônia e seu povo, promovida por Temer e pelo banco rural, continua.’” (Le Brésil anule un décret d’exploitation minière em Amazonie, Le Monde, 26 de setembro de 2017)¹⁶

Nesta última reportagem analisada, nota-se a presença de entrevistas com especialistas, servindo como fontes secundárias para complementar as informações do texto, como a fala de Marcio Astrini, coordenador de políticas públicas do Greenpeace Brasil. Porém, assim como o aspecto ambiental analisado, observou-se a repetição em trechos com características políticas/econômicas nas reportagens recortadas do jornal Le Monde.

4.3 Aspectos sociais

Durante a pesquisa, foi constatado que as características sociais presentes nas reportagens de todos os veículos analisados ficaram em última posição quando comparados com os outros aspectos analisados. A presença de recortes referindo-se a povos e comunidade tradicionais, como indígenas e quilombolas, foi mínima e a falta de informações e dados sobre o assunto é perceptível. Características que designam o âmbito, situação ou particularidades de comunidades existentes na RENCA não foram encontradas, podendo ser observados, apenas, pequenos trechos contendo informações superficiais sobre o que tais povos tradicionais estariam sujeitos caso a Reserva seja aberta a exploração. É certo que, com a aprovação e conclusão do decreto nº 9.142/17, um dos maiores prejudicados serão as comunidades indígenas que ainda sobrevivem na região, que sofrerão com a extensa lista de fatores negativos que apareceriam juntos com a mineração. Além disso, diversas etnias indígenas são remanejadas sem qualquer tipo de amparo social por parte do governo, perdendo suas características peculiares e tradicionais.

Em todas as sete reportagens analisadas, apenas quatro trechos com características sociais foram encontrados para estudo. Na primeira matéria do jornal The New York Times, dois trechos puderam ser destacados, sendo citado no primeiro, os direitos salvaguardados de grupos indígenas em relação a tentativa do governo em

¹⁶Tradução da autora

emitir um novo decreto para exploração da RENCA, no dia 28 de agosto de 2017. No segundo trecho, o autor fala sobre o corte orçamental, feito durante o governo de Michel Temer, sobre agências encarregadas de proteger os direitos indígenas.

Apesar do direcionamento dado na segunda reportagem publicada pelo veículo, em formato de artigo e contendo algumas informações e dados categóricos e reais sobre a decisão, não foram encontrados trechos que pudessem ser relacionados a tal categoria.

Em relação à primeira reportagem publicada no jornal The Guardian, dois trechos recortados se enquadraram nos aspectos sociais para este estudo, sendo eles:

- “(...)enfraquecer o licenciamento ambiental e diminuir os direitos indígenas no interesse de defensores ricos das indústrias extrativas.”
- “Uma corrida do ouro na região criará danos irreversíveis às culturas locais, alertou Maurício Voivodic, diretor executivo do WWF-Brasil.” (Brazilian abolish huge Amazon reserve in “biggest attack” in 50 year, The Guardian, 24 de Agosto de 2017)¹⁷

Já na segunda reportagem veiculada, um trecho foi destacado cujo objeto central seria a mudança no decreto inicial, onde, de acordo com Temer, os territórios indígenas existentes na região continuariam sendo protegidos, mesmo com o posicionamento dado por ativistas, de que a “nova proposta” seria uma “jogada de marketing do governo”, levando em consideração ao fato de que, 30% da região ainda estaria aberta para empresas de mineração. Na reportagem “Brasil recua em planos para abrir floresta amazônica para exploração”, um pequeno trecho também foi recortado, citando as comunidades Aparai, Wayana e Wajapi, que ainda vivem na região da reserva.

Nas três reportagens publicadas pelo Le Monde, três trechos contendo aspectos sociais foram encontrados em cada uma:

- “(...) onde vive três reservas de áreas naturais protegidas e dois territórios indígenas.”
- “(...) explicando que a exploração privada da reserva agraria o desmatamento e a perda de biodiversidade, ao mesmo tempo em que prejudicaria grupos étnicos e nativos.”
- “Essa reserva inclui, entre outras coisas, nove áreas protegidas, devido à riqueza de sua biodiversidade, bem como aos territórios das etnias indígenas Aparai, Wayana e Wajapi. “

Observou-se nos trechos analisados do veículo Francês que as informações de caráter sociais estão, em todos os casos, apenas complementando outras informações

¹⁷Tradução da autora

presentes no texto, como dados ambientais, por exemplo. Além disso, trechos idênticos foram encontrados em duas reportagens veiculadas em dias diferente e com títulos distintos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período em que o decreto estudado neste artigo foi publicado e revogado, a imprensa brasileira, em muitos casos, tentou passar uma imagem de que a decisão seria favorável à referida região amazônica e, conseqüentemente, à economia do país. Em muitos casos, o que acompanhávamos eram reportagens veiculadas em mídias tradicionais contendo informações básicas sobre a decisão, mas que não aprofundavam-se em assuntos que envolviam a Renca, os ecossistemas dentro do espaço e em seu entorno, bem como comunidades indígenas e povos tradicionais residentes na região. O jornal Folha de São Paulo, por exemplo, não publicou notícias sobre o assunto e, sim, breves notas sobre os movimentos organizados por artistas e ambientalistas que se manifestaram contra a extinção da reserva, de acordo com Fugali (2018).

A partir disso, servindo como uma possível contraposição às reportagens publicadas em veículos nacionais, pensou-se em fazer uma análise a fim de entender qual direcionamento a imprensa internacional estaria dando à cobertura em questão e se, principalmente, conseguiríamos observar a presença de uma comunicação científica. comunicação essa que consiste na “utilização de recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo”, de acordo com Bueno (2009) e foi representada pelos aspectos ambientais, econômicos/políticos e sociais neste estudo. Em um primeiro momento, imaginou-se que, por se tratar de mídias estrangeiras que quase sempre não possuem vínculos com o governo federal em questão, as reportagens seriam completas, com dados precisos e impactantes sobre os aspectos ambientais, econômicos/políticos e sociais envolvendo o decreto de abertura da RENCA. Ainda no processo de contato inicial com os dados, observou-se que o número de matérias estaria muito abaixo do esperado, sendo encontrada apenas 8 matérias veiculadas durante todo o período, nos jornais indicados, com assuntos relativo ao decreto de abertura para exploração da RENCA. Após, durante o tratamento de dados, sendo a última etapa de uma análise de conteúdo Bardin (1974), foi constatado uma carência de informações relacionadas ao assunto, onde, na maioria dos casos, reportagens publicadas sustentavam os mesmos objetos como tema central (tamanho da RENCA, localização, protestos de

ativistas e artistas). Além disso, foi observado em jornais como The New York Times e Le Monde uma preocupação em veicular a notícia apenas após a grande movimentação que a decisão gerou entre a sociedade, demonstrando um possível interesse unicamente em notícias polêmicas. Em relação a uma cobertura mais completa sobre o caso, observou-se que apenas o jornal Inglês The Guardian conseguiu veicular reportagens desde o dia 24 de agosto de 2017, ou seja, um dia após o decreto ter vindo à tona. É importante observar tal questão pelo fato de que, através desta análise, percebe-se que a imprensa tradicional estrangeira acaba se pautando pelo que está em debate no momento, sem demonstrar uma real preocupação no que está sendo escondido por decisões como o Decreto nº 9.142/17, seus prejuízos e futuros (ou passados) acontecimentos.

Um outro sério problema observado durante a análise refere-se ao direcionamento dado nas reportagens para os povos indígenas que ainda vivem na região da RENCA, recortados durante o estudo dos aspectos sociais. Em todos os textos, apenas pequenos trechos puderam ser vistos, onde se mencionava a existência de alguns grupos indígenas na região e a que estariam sujeitos. É fato que, levando em consideração o atual governo brasileiro, os povos e comunidades tradicionais são esquecidos e desamparados, e sofrem com o total descaso por parte destes. Em muitos casos, existe um grande preconceito gerado entre a sociedade, de acordo com Loureiro (2002), de que índios, negros, quilombolas e caboclos têm sido apontados, nos planos e nos projetos econômicos para a região amazônica, como portadores de uma cultura pobre, primitiva, tribal e, portanto, inferior. Assim sendo, tais grupos étnicos e sociais não têm sido priorizados nas políticas públicas da região e do país com um todo. Em processos como a mineração, é sabido o grande desastre ambiental e social que aparecem juntos com o mesmo, colocando em risco a vida de uma tribo inteira quando são expostos a elevados índices de emissões de mercúrio, por exemplo. Por isso, é importante ressaltar a necessidade de que tais minorias sejam sempre lembradas e mencionadas, garantindo, no mínimo, uma comunicação democrática.

Observou-se, também, uma transição entre as categorias selecionadas para o estudo. Ou seja, percebe-se que cada aspecto acaba servindo como complemento para o outro. Informações ambientais que aparecem acompanhadas de dados econômicos/político e até mesmo sociais. Por isso, foi comum observar o mesmo trecho contendo características ambientais e econômicas/políticas, por exemplo. Com isso,

percebe-se que tais aspectos científicos analisados não estariam totalmente divididos nos textos das reportagens, demonstrando uma possível intenção do veículo em mostrar que os problemas ambientais e sociais presentes no Brasil, podem ter uma ligação direta com a atual política brasileira, comprovando, cada vez mais, o interesse em aprovar decisões que visem o benefício de um seletivo grupo econômico, passando por cima de medidas que protegem o meio ambiente e garantem o bem estar das comunidades tradicionais.

Ao elaborar este artigo, pensou-se na seguinte questão problema: de que forma a Imprensa internacional noticiou o fato? A partir disso, chegou-se à conclusão de que estamos, ainda, frente a uma cobertura jornalística internacional que se prende muito mais em informar do que comunicar. A comunicação científica, representada através dos aspectos categorizados, em muitos casos, foi deixada de lado, causando um déficit de informações e de conhecimentos ao leitor, que é impossibilitado de chegar a conclusões verdadeiras. Ou seja, as reportagens publicadas nos jornais escolhidos para este trabalho, certamente, não conseguiram expor elementos suficientes para que o leitor entendesse que, caso o decreto de abertura para exploração da RENCA seja aprovado, uma das poucas áreas preservadas da Amazônia iria ser exposta a maldade e falta de bom senso do homem que iria desmatar a região até os seus últimos instantes. Percebe-se tal conclusão ao deparar-se com pesquisas feitas e divulgadas sobre a região, como por exemplo, uma recente descoberta, publicada pelo Instituto Mamirauá, tutelado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, que aponta a presença de 381 espécies recém descobertas de plantas, mamíferos, aves, peixes, anfíbios e répteis, entre os anos de 2015, na região amazônica, muitas existentes na região da reserva. Ou seja, entende-se que tais dados são impactantes, considerando o alto risco dessas espécies entrarem em extinção. Além disso, dados publicados pela WWF revelam que menos de 30% da área da RENCA estaria acessível à exploração dos recursos minerais e as regiões que apresentam contexto geológico mais favorável à mineração estão inseridas em áreas protegidas, que bloqueiam a extração mineral, o que estimularia mais ainda os conflitos e a mineração ilegal. Tais informações sequer foram divulgadas em todas as 8 notícias recortadas para este estudo.

Os prejuízos ocasionados por minerações ilegais são verdadeiros e preocupantes. Quando o decreto em questão foi revogado, pensou-se que a batalha estaria vencida e que a RENCA manter-se-ia protegida, a princípio. Entretanto, pôde-se acompanhar, nos

últimos meses, mais uma tentativa do governo federal em abrir a RENCA para exploração mineral: o ex presidente Michel Temer assinou, no dia 12 de junho de 2018, um novo decreto (nº 9.406/18), autorizando a pesquisa ou a concessão da lavra em reservas nacionais, a exemplo da RENCA. A decisão não foi veiculada em mídias tradicionais, nacionais e internacionais, sendo encontrada apenas duas matéria referente ao assunto, sendo uma no site do veículo Brasil de Fato e outra no Estadão (Brasil). Na reportagem publicada pelo Brasil de Fato, encontra-se a fala do senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), sendo um dos poucos a divulgar as informações sobre o Decreto. Para ele, a decisão camufla a extinção da RENCA, voltando atrás na decisão para liberar mais empreendimentos de mineração na Amazônia. Diante dessa situação, entende-se a real necessidade em lutar para que terras como a RENCA continuem mantendo seu título de território protegido. E o jornalismo, enquanto setor de controle e fiscalização, possui função primordial para que tal fato aconteça. Através dos princípios éticos que precisam ser seguidos na profissão, um bom jornalista precisa ir ao encontro das perspectivas democráticas para se fazer uma boa comunicação e, em casos como matérias referentes a RENCA por exemplo, dados e informações impactantes podem gerar uma conscientização maior sobre o assunto. Contudo, o que observa-se, nos dias atuais, são veículos de mídias comprometidos cada vez mais com o próprio governo, “proporcionando” a sua sociedade informações e dados que beneficiem o mesmo. Ou até mesmo uma possível falta de interesse em divulgar informações, como foi o caso das matérias analisadas para este artigo. Assim sendo, percebe-se que a afirmação de Dominique Wolton, em *Comunicar é coabitar*, onde diz : “a árvore da informação sempre esconde a floresta da comunicação”, se enquadraria, cada vez mais, no jornalismo de hoje. É fato que a mídia estrangeira não se resume, apenas, nos três veículos analisados para este presente estudo e que, para uma conclusão mais precisa, seria necessário uma investigação mais ampla, abrangendo diversos assuntos e veículos. Por isso, o estudo deste artigo servirá, inclusive, como uma fase inicial sobre análises em veículos estrangeiros, enfatizando a imagem passada em relação à região amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1977. 9-225 p.

BOLLE, ; CASTRO, Willi: Edna; VEJMEKKA, Marcel. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. 1 ed. São Paulo: Editora Globo, 2010. 306 p.

BRASIL, Antonio. A construção da imagem do Brasil no exterior: um estudo sobre as rotinas profissionais dos correspondentes internacionais. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Rio Grande do Sul, v. 19, n. 3, p. 775-794, dez. 201. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/4955/495551012011/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017. Extingue a reserva nacional de cobre e seus associados. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 22 ago. 2017. Seção 1, p.13

BRASIL. Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984. Constitui reserva Nacional de Cobre e seus associados à área que menciona, no Estado do Pará e no território Federal do Amapá. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 24 fev. 1984. Seção 1, p.2929

BRASIL. Portaria nº 128, de 30 de março de 2017. A importância de se criar mecanismos para viabilizar a atração de novos investimentos para o setor mineral. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 30 mar. 2017. Seção 1, p.32

BUENO, Wilson Costa. COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: APROXIMAÇÕES E RUPTURAS CONCEITUAIS. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1-12, 201./fev. 2019. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/6585/6761>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BUENO, Wilson Da Costa. **.Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

BURNETT, Richard H. Kolbe And Melissa S.. Content-Analysis Research: An Examination of Applications with Directives for Improving Research Reliability and Objectivity. **Journal of Consumer Research**, Reino Unido, v. 18, n. 2, p. 243-250, jan./fev. 2019. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2489559?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FUGALI, Luciane. A cobertura da extinção da Reserva Rencana Folha de São Paulo. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Joinville/SC, p. 1-16, set./09. 2019.

GRUZINKSI, Serge. **A Amazônia e as origens da globalização (sécs. xvi-xviii):** Da história local à história global. 1 ed. Belém/PA: Editora Estudos Amazônicos, 2014. 68 p.

IKEDA, Ana Akemi; CHANG, Sandra Rodrigues Da Silva. ANÁLISE DE CONTEÚDO- UMA EXPERIÊNCIA NA APLICAÇÃO NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Comunicação e Inovação**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 1-9, jul./dez. 2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Mineração na Amazônia: os impactos sociais e ambientais que não se pode deixar de lado.** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/571352-mineracao-na-amazonia-os-impactos-sociais-e-ambientais-que-nao-se-pode-deixar-de-lado>>. Acesso em: 06 set. 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo econômico: IDEOLOGIA E POLÍTICA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS.** São Paulo: EduSP, 1996.

LE MONDE. **Au Brésil, le président Temer accusé de vendre l'Amazonie aux enchères.** Disponível em: <https://www.lemonde.fr/planete/article/2017/09/02/au-bresil-le-president-temer-accuse-de-vendre-l-amazonie-aux-encheres_5179898_3244.html?xtmc=renca&xtcr=4>. Acesso em: 07 set. 2018.

LE MONDE. **Le Brésil annule un décret d'exploitation minière en Amazonie.** Disponível em: <https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2017/09/26/le-bresil-annule-un-decret-d-exploitation-mini-ere-en-amazonie_5191322_3222.html>. Acesso em: 07 set. 2018.

LE MONDE. **Brésil : la justice suspend l'autorisation d'exploiter une réserve d'Amazonie.** Disponível em: <https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2017/08/30/bresil-la-justice-suspend-l-autorisation-d-exploiter-une-reserve-d-amazonie_5178729_3222.html>. Acesso em: 07 set. 2018.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, ago./jan. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9872/11444>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

ROQUE, Moraes. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, dez./fev. 2019.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [S.L], v. 2, n. 1, p. 3-13, jan./fev. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

THE GUARDIAN. **Brazil abolishes huge amazon reserve in 'biggest attack' in 50 years**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2017/aug/24/brazil-abolishes-huge-amazon-reserve-in-biggest-attack-in-50-years>>. Acesso em: 07 set. 2018.

THE GUARDIAN. **Brazilian court blocks abolition of vast amazon reserve**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2017/aug/30/brazilian-court-blocks-abolition-of-vast-amazon-reserve>>. Acesso em: 07 set. 2018.

THE NEW YORK TIMES. **Brazilian judge stymies plan to allow mining in amazon region**. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/08/30/world/americas/brazil-amazon-mining-temer-environmentalists-judge.html>>. Acesso em: 07 set. 2018.

THE NEW YORK TIMES. **In the amazon, a catastrophic gold rush looms**. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/09/18/opinion/in-the-amazon-a-catastrophic-gold-rush-looms.html>>. Acesso em: 07 set. 2018.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. 1 ed. São Paulo: Paulus Editora, 2006. 1-240 p.